



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS

2023

GOIÁS TRANSMISSÃO S. A.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Goiás Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Goiás Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente com data de 5 de fevereiro de 2024, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/2021 de 28 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

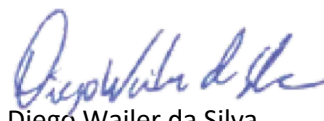
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

Goiás Transmissão S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

Balço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.664	13.029	Fornecedores	9	1.052	1.324
Concessionárias e permissionárias	6	9.616	8.772	Debêntures	10	32.626	30.399
Almoxarifado operacional		473	473	Impostos correntes a pagar		934	1.810
Outros ativos circulantes		<u>986</u>	<u>341</u>	Dividendos a pagar	13.c	13.324	16.140
Total do ativo circulante		<u>22.739</u>	<u>22.615</u>	Outros passivos circulantes	11	<u>6.034</u>	<u>2.765</u>
				Total do passivo circulante		<u>53.970</u>	<u>52.438</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Aplicações financeiras	5	23.341	23.064	Debêntures	10	280.038	291.325
Depósitos judiciais e cauções		91	122	Provisão para riscos	12	14	13
Imobilizado	7.1	388.714	400.767	Dividendos declarados	13.c	<u>66.765</u>	<u>24.232</u>
Intangível	7.2	<u>16.317</u>	<u>16.317</u>	Total do passivo não circulante		<u>346.817</u>	<u>315.570</u>
Total do ativo não circulante		<u>428.463</u>	<u>440.270</u>				
				Patrimônio líquido			
		12.053		Capital social	13.a	174.095	174.095
				Reservas de lucro	13.b	216.873	221.488
				Prejuízos acumulados		<u>(340.553)</u>	<u>(300.706)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>50.415</u>	<u>94.877</u>
Total do ativo		<u>451.202</u>	<u>462.885</u>	Total do patrimônio líquido e total do passivo		<u>451.202</u>	<u>462.885</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Goiás Transmissão S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

Balanco patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		92.635	82.410
Tributos			
PIS		(1.466)	(536)
COFINS		(6.738)	(2.472)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(715)	(671)
Reserva Global de Reversão - RGR		(2.430)	(2.090)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(98)	(91)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(373)	(383)
Receita líquida		80.815	76.167
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Remuneração de pessoal		(1.685)	(1.343)
Remuneração de administradores	8.b	(976)	(769)
Material		(103)	(101)
Serviços de terceiros		(8.280)	(7.707)
Arrendamento e aluguéis		(98)	(84)
Seguros		(528)	(442)
Provisões		-	(2)
(-) Recuperação de despesas		106	406
Tributos		(169)	(33)
Depreciação e amortização		(17.529)	(13.042)
Outras receitas e despesas operacionais		(1.982)	(1.063)
Resultado da Atividade		49.572	51.987
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	14	(36.726)	(41.560)
Receitas financeiras	14	5.356	5.421
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		18.202	15.848
Imposto de renda	15	(1.446)	(2.943)
Contribuição social	15	(501)	(1.365)
Lucro líquido do exercício		16.255	11.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Goiás Transmissão S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

Balço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	16.255	11.540
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>16.255</u></u>	<u><u>11.540</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Goiás Transmissão S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

Balanco patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>174.095</u>	<u>25.413</u>	<u>135.872</u>	<u>(233.292)</u>	<u>102.088</u>
Resultado do exercício	-	-	-	11.540	11.540
Destinação do resultado do exercício					
Constituição reserva legal	-	3.948	-	(3.948)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(18.751)	(18.751)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	56.255	(56.255)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>174.095</u>	<u>29.361</u>	<u>192.127</u>	<u>(300.706)</u>	<u>94.877</u>
Resultado do exercício	-	-	-	16.255	16.255
Destinação do resultado do exercício					
Constituição reserva legal	-	2.805	-	(2.805)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(13.324)	(13.324)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	39.973	(39.973)	-
Constituição dividendos adicionais	-	-	(47.393)	-	(47.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>174.095</u>	<u>32.166</u>	<u>184.707</u>	<u>(340.553)</u>	<u>50.415</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Goiás Transmissão S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

Balanco patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.255	11.540
Ajustes em:		
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	36.082	40.638
Provisão para contingências	-	2
Depreciação	17.529	13.042
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	(844)	(979)
Outros ativos	(614)	3
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(272)	24
Impostos e contribuições sociais	1.266	3.387
Outros passivos	3.271	(1.452)
Pagamento de debêntures - juros	(20.021)	(20.945)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.142)	(2.956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	50.510	42.304
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(5.477)	(18.118)
Aplicações financeiras	(277)	(4.524)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.754)	(22.642)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures - principal	(25.121)	(22.067)
Dividendos pagos	(21.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(46.121)	(22.067)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.365)	(2.405)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	13.029	15.434
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11.664	13.029
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.365)	(2.405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2 Contexto operacional

A Goiás Transmissão S.A. (“GOIÁS” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%. Vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica e subestações localizadas no Estado de Goiás.

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia está excedendo o ativo circulante em R\$ 31.231, basicamente decorrente do saldo de dividendos a distribuir e da parcela de curto prazo das debêntures. A expectativa da administração é de que esses dividendos sejam distribuídos à medida que a geração de caixa for ocorrendo ao longo do prazo do próximo exercício e quanto as debêntures o banco depositário fez a transferência para a conta reserva do valor correspondente a próxima prestação do serviço da dívida, correspondendo ao valor do pagamento da próxima parcela de amortização do valor atualizado, acrescido da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

1.3 Da concessão

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) LT 500 kV, CD SE Rio Verde Norte - SE Trindade com 187 km;
- (ii) LT 230 kV CD SE Trindade - SE Xavantes com 37 km;
- (iii) LT 230 kV CS SE Trindade - SE Carajás com 30 km;
- (iv) Subestação Trindade em 500/230 kV e
- (v) Entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em outubro de 2013. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2023 a junho/2024, é de R\$97.757 (R\$85.356 ciclo julho/2022 a junho/2023), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

A Aneel através da Resolução Autorizativa nº. 9.997/2021, outorgou o reforço para a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade. A construção da ampliação teve início em janeiro de 2022 e as instalações entraram em operação comercial em abril de 2023.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela ANEEL no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R\$ 139.520, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº. 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas na Nota Explicativa nº 20, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Data de aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de março de 2024.

3 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as políticas contábeis regulatórias descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

a. Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com o Contrato de Concessão através da Receita Anual Permitida (RAP) emitida pela ANEEL por meio das Resoluções Homologatórias.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Debêntures”, “Dividendos”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL).

e. Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

f. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos intangíveis em curso durante o período de formação do ativo.

g. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

i. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

j. Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais.

k. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

l. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

m. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	5	5
Bancos	732	329
Aplicações financeiras	10.927	12.695
Total	11.664	13.029

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú – CDB-DI	CDB	98,23% CDI	10.927	12.695
Total			10.927	12.695

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa 16.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	TOP DI FIC	93,99% CDI (*)	23.341	23.064
Total			<u>23.341</u>	<u>23.064</u>

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa 16.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	9.616	8.772
Total	<u>9.616</u>	<u>8.772</u>

7 Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

7.1 Imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2023	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Imobilizado em Serviço								
Transmissão	497.926	-	-	24.995	522.921	(150.321)	372.600	365.069
Terrenos	670	-	-	-	670	-	670	670
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.196	-	-	9	8.205	(2.730)	5.475	5.740
Máquinas e equipamentos	488.964	-	-	24.986	513.950	(147.531)	366.419	358.617
Móveis e utensílios	96	-	-	-	96	(60)	36	42
Administração	1.031	134	(76)	-	1.089	(481)	608	540
Edificações, obras civis e benfeitorias	113	-	-	-	113	(45)	68	72
Máquinas e equipamentos	391	28	-	-	419	(148)	271	266
Veículos	76	106	(76)	-	106	(11)	95	-
Móveis e utensílios	451	-	-	-	451	(277)	174	202
Subtotal	498.957	134	(76)	24.995	524.010	(150.802)	373.208	365.609
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão	35.158	5.343	-	(24.995)	15.506	-	15.506	35.158
Máquinas e equipamentos	11.711	1.761	-	(13.472)	-	-	-	11.711
A ratear	9.168	2.750	-	(11.918)	-	-	-	9.168
Material em depósito	12.280	832	-	395	13.507	-	13.507	12.280
Depósitos judiciais	1.999	-	-	-	1.999	-	1.999	1.999
Subtotal	35.158	5.343	-	(24.995)	15.506	-	15.506	35.158
Total do Ativo Imobilizado	534.115	5.477	(76)	-	539.516	(150.802)	388.714	400.767

Demonstração da depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022
		Bruto	Depreciação e amortização acumulados	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo histórico	3,36%	522.921	(150.321)	372.600	365.069
Administração					
Custo histórico	9,50%	1.089	(481)	608	540
		524.010	(150.802)	373.208	365.609

Principais taxas de depreciação

	Taxas anuais de depreciação	
	(%)	
Transmissão		
Autotransformadores	2,86%	
Barramentos	2,50%	
Chave Seccionadora	3,33%	
Disjuntor	3,03%	
Edificações	3,33%	
Para-raios	4,17%	
Torres autoportantes	2,70%	
Administração		
Máquinas e equipamentos	16,67%	
Móveis e utensílios	6,25%	
Veículos	14,29%	

7.2 Intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortizaã o Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço					
Transmissão	16.313	16.313	-	16.313	16.313
Servidões	16.313	16.313	-	16.313	16.313
Administração	37	37	(33)	4	4
Softwares	33	33	(33)	-	-
Outros	4	4	-	4	4
Subtotal	16.350	16.350	(33)	16.317	16.317
Total do Ativo Intangível	16.350	16.350	(33)	16.317	16.317

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas

A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017. O valor do serviço prestado após a finalização do contrato foi totalmente liquidado em outubro de 2023.

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores, totalizou R\$976 (R\$769 em 2022), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(768)	(635)
Encargos e benefícios	(208)	(134)
Total	(976)	(769)

c. Dividendos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Gebbras Participações Ltda	40.845	20.590
Furnas Centrais Elétricas S.A.	39.244	19.782
Total	80.089	40.372
Circulante	13.324	16.140
Não circulante	66.765	24.232

9 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	1.190
Buriti Segurança Especializada S.A.	42	28
CEL Engenharia Ltda	681	-
H.F Teixeira Eireli	12	-
DC Engenharia Eireli	64	-
Outros	<u>253</u>	<u>106</u>
Total	<u>1.052</u>	<u>1.324</u>

10 Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento dos Contratos de Financiamentos junto ao BNDES e ao FCO, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 31, de 07 de janeiro de 2021, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) à distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 1ª emissão	IPCA + 6,0548% a.a.	<u>312.664</u>	<u>321.724</u>
Circulante		32.626	30.399
Não circulante		280.038	291.325

Segregação por ano de vencimento:

	2024	2025	2026	Demais anos	Total
Debêntures – 1ª emissão	32.626	31.973	31.973	216.092	312.664

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>324.098</u>
Provisão de juros	21.665
Variação monetária	18.088
Apropriação custos de transação	885
(-) Amortização de principal	(22.067)
(-) Pagamento de juros	<u>(20.945)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>321.724</u>
Provisão de juros	20.417
Variação monetária	14.781
Apropriação custos de transação	884
(-) Amortização de principal	(25.121)
(-) Pagamento de juros	<u>(20.021)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>312.664</u>

c. Garantias

A Companhia, por meio do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 GOIAS TRA: CCO-2010-002 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As intervenientes Gebbras e Furnas alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretroatável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

d. Covenants

A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, a cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*, conforme cálculo abaixo, definido no contrato.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) regulatório antes do imposto de renda	18.202	15.848
(+) Resultado financeiro líquido	31.370	36.139
(+) Depreciação	17.529	13.042
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	67.101	65.029
A) Geração de caixa da atividade		
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	67.101	65.029
(-) IRPJ/CSLL (Pagamentos)	(2.142)	(2.956)
(+/-) Variação capital giro	(633)	1.973
	64.326	64.046
B) Serviço da dívida do contrato de debêntures		
(+) Amortização do principal	25.121	22.067
(+) Pagamento de juros	20.021	20.945
	45.142	43.012
C) Índice de cobertura da dívida (A/B)	1,42	1,49

11 Outras contas a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.009	688
Reserva global de reversão - RGR	505	563
Taxa de fiscalização – TFSEE	979	916
Antecipação aviso de crédito de clientes	3.163	170
Outros	<u>378</u>	<u>428</u>
Total	<u>6.034</u>	<u>2.765</u>

12 Provisões para riscos

A Companhia está envolvida em processos cíveis e tributários, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Cível	Tributário	Total	Cível	Tributário	Total
Provável (a)	14	-	14	13	-	13
Possível (b)	<u>3.241</u>	<u>19.635</u>	<u>22.876</u>	<u>5.222</u>	<u>18.938</u>	<u>24.160</u>
	3.255	19.635	22.890	5.235	18.938	24.173

- a) **Processos prováveis:** Composto por processo de indenização por instituição de servidão de passagem.
- b) **Processos possíveis:** Composto por, (i) um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R\$ 19.635 (R\$ 18.938 em 2022), (ii) um processo no valor de R\$ 456 (R\$ 380 em 2022) referente a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, pleiteando liminarmente a suspensão das obras da Linha de Transmissão e (iii) por diversos processos de indenização por instituição de servidão de passagem.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 174.095, representado por 315.195.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
Gebbras Participações Ltda	160.749.552	51	88.788	160.749.552	51	88.788
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	<u>154.445.648</u>	<u>49</u>	<u>85.307</u>	<u>154.445.648</u>	<u>49</u>	<u>85.307</u>
Total	<u>315.195.200</u>	<u>100</u>	<u>174.095</u>	<u>315.195.200</u>	<u>100</u>	<u>174.095</u>

b. Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	56.102	78.954
Reserva legal (5%)	(2.805)	(3.948)
Lucro líquido do exercício ajustado	53.297	75.006
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	13.324	18.751
Reserva de retenção de lucros	39.973	56.255

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	221.488
Constituição reserva de lucros	42.778
Constituição de dividendos adicionais	(47.393)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	216.873

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R\$ 216.873 ultrapassam em R\$ 42.778 o capital social da Companhia que é de R\$ 174.095. Em observância ao artigo 199 da Lei nº. 6.404/1976, a destinação das referidas reservas será definida na Assembleia de Acionistas, podendo ser constituído dividendos adicionais para distribuição aos Acionistas, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ou destinado ao aumento do capital social. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e a Administração entende que este excesso de reservas de lucro não causa impacto negativo a terceiros, uma vez que a Companhia não possui acionistas minoritários.

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R\$21.000, referente a dividendos de exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	40.372
Pagamento de dividendos	(21.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	13.324
Dividendos adicionais	47.393
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	80.089

14 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.583	5.189
PIS/COFINS s/receitas financeiras	(262)	-
Outras receitas financeiras	35	232
	5.356	5.421
Despesas financeiras		
Juros s/ debêntures	(20.417)	(21.665)
Atualizações monetárias	(14.901)	(18.465)
Outras despesas financeiras	(1.408)	(1.431)
	(36.726)	(41.561)
Total do resultado financeiro	(31.370)	(36.140)

15 Imposto de renda e contribuição social

Em 2023 a Companhia passou a adotar a tributação com base no lucro real, por esse motivo não está sendo apresentado o saldo comparativo em 31 de dezembro de 2022.

Reconciliação da alíquota efetiva	31/12/2023
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	18.202
Alíquota nominal	34,00%
 Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	 (6.189)
 Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro	 4.242
 Constituição de IRPJ e CSLL corrente	 (1.947)
Alíquota efetiva	10,70%
Total de IRPJ e CSLL	(1.947)

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	11.664	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	23.341	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	9.616	
Outros créditos	Custo amortizado	986	
		45.607	
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	312.664	
Fornecedores	Custo amortizado	1.052	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	80.089	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	6.034	
		399.839	
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	13.029	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	23.064	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	8.772	
Outros créditos	Custo amortizado	341	
		45.206	
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	321.724	
Fornecedores	Custo amortizado	1.324	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	40.372	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.765	
		366.185	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2023.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	1.052	1.052	-	-
Debêntures	337.141	51.292	103.415	182.434

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros.

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e do IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		34.268	4.465	3.348	2.233
Impacto no resultado			-	(1.117)	(2.232)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,72	5,90	7,08
Debêntures		312.664	14.758	18.447	22.137
Impacto no resultado			-	(3.689)	(7.379)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

17 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	30.000	30/04/2023 a 30/04/2024
Risco operacional	105.353	30/04/2023 a 30/04/2024
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2023 a 30/04/2024

(*) Apólice unificada com outras Companhias do Grupo

18 Questões ambientais

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, do Estado de Goiás, estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

19 Eventos subsequentes - Incorporação do acionista Furnas pela Eletrobras

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, controlador do acionista Furnas, aprovou em 11 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a autorização aos administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Furnas pela Eletrobras, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação.

20 Conciliação das demonstrações societárias para regulatórias

Nos termos do Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 a Companhia elaborou suas demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Considerando que parte substancial das notas explicativas são comuns tanto à prática societária quanto à regulatória, abaixo estão sendo apresentados os ajustes necessários para conciliação das demonstrações societárias e regulatórias:

Balço patrimonial		31/12/2023			31/12/2022		
		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Ativo circulante							
		11.664	-	11.664	13.029	-	13.029
		9.616	-	9.616	8.772	-	8.772
	21.1	73.773	(73.773)	-	65.181	(65.181)	-
		-	473	473	-	473	473
		987	(1)	986	341	-	341
		96.040	(73.301)	22.739	87.323	(64.708)	22.615
Ativo não circulante							
		23.341	-	23.341	23.064	-	23.064
	21.1	755.785	(755.785)	-	704.326	(704.326)	-
		91	-	91	122	-	122
	21.2	611	388.103	388.714	544	400.223	400.767
	21.2	-	16.317	16.317	-	16.317	16.317
		779.828	(351.365)	428.463	728.056	(287.786)	440.270
		875.868	(424.666)	451.202	815.379	(352.494)	462.885
Passivo circulante							
		1.052	-	1.052	1.324	-	1.324
		32.626	-	32.626	30.399	-	30.399
		934	-	934	1.810	-	1.810
		13.324	-	13.324	16.140	-	16.140
		6.035	(1)	6.034	2.765	-	2.765
		53.971	(1)	53.970	52.438	-	52.438
Passivo não circulante							
		280.038	-	280.038	291.325	-	291.325
		14	-	14	13	-	13
		66.765	-	66.765	24.232	-	24.232
	21.3	84.112	(84.112)	-	51.788	(51.788)	-
		430.929	(84.112)	346.817	367.358	(51.788)	315.570
Patrimônio líquido							
		174.095	-	174.095	174.095	-	174.095
		216.873	-	216.873	221.488	-	221.488
	21.5	-	(340.553)	(340.553)	-	(300.706)	(300.706)
		390.968	(340.553)	50.415	395.583	(300.706)	94.877
		875.868	(424.666)	451.202	815.379	(352.494)	462.885

Demonstração de resultado		31/12/2023			31/12/2022		
		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Receita líquida	21.4	135.311	(54.496)	80.815	150.895	(74.728)	76.167
Custo de construção		(4.620)	4.620	-	(17.807)	17.807	-
Pessoal		(750)	-	(750)	(591)	-	(591)
Serviços de terceiros		(7.457)	-	(7.457)	(6.811)	-	(6.811)
Depreciação e amortização	21.2	-	(17.462)	(17.462)	-	(12.990)	(12.990)
Outros custos operacionais		(3.254)	719	(2.535)	(1.373)	295	(1.078)
Total dos custos operacionais		(11.461)	(16.743)	(28.204)	(8.775)	(12.692)	(21.470)
Pessoal e administradores		(1.911)	-	(1.911)	(1.520)	-	(1.520)
Serviços de terceiros		(852)	-	(852)	(896)	-	(896)
Depreciação e amortização		(66)	-	(66)	(72)	19	(53)
Outras receitas (despesas)		(213)	3	(210)	(35)	(206)	(241)
Total das despesas operacionais		(3.042)	3	(3.039)	(2.523)	(187)	(2.710)
Receitas financeiras		5.356	-	5.356	5.421	-	5.421
Despesas financeiras		(36.726)	-	(36.726)	(41.561)	1	(41.560)
Resultado financeiro líquido		(31.370)	-	(31.370)	(36.140)	1	(36.139)
Resultado antes dos impostos		84.818	(66.616)	18.202	85.650	(69.802)	15.848
Imposto de renda e contribuição social	21.3	(28.716)	26.769	(1.947)	(6.696)	2.388	(4.308)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.6	56.102	(39.847)	16.255	78.954	(67.414)	11.540

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

20.1 Contas a receber (ativo de contrato)

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Na contabilidade societária são efetuados lançamentos, com expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização), e atualizações dos saldos.

Esses lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto no CPC 47 – Receita de Contrato de Clientes, mas que para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo de contrato e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação do CPC 47 na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

20.2 Imobilizado/Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação deste pronunciamento.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível, sendo depreciado/amortizado em conformidade com o referido manual.

20.3 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento de receitas de construção e remuneração oriundos da adoção do CPC 47, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

20.4 Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos do CPC 47.

- (i) **Receita de construção:** durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.
- (ii) **Receita de remuneração:** corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa interna de retorno estimada no início do contrato e fixa durante todo o prazo da concessão, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- (iii) **Receita de operação e manutenção:** após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

20.5 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos do exercício societário	390.968	395.583
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(424.666)	(352.494)
Efeito dos impostos	84.113	51.788
Saldos do exercício regulatório	<u>50.415</u>	<u>94.877</u>

20.6 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido conforme contabilidade societária	56.102	78.954
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(66.616)	(69.802)
Efeito dos impostos	26.769	2.388
Lucro líquido regulatório	<u>16.255</u>	<u>11.540</u>

* * *

Gersino Saragosa Guerra
Diretor Administrativo-Financeiro

Antônio Costa e Costa
Diretor Técnico

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-001605/O